



Câmara Municipal de Mêda

Ata Número 9 11

4 elementos

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Mêda

Realizada no dia vinte e sete de março de dois mil e vinte e seis

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, pelas quinze horas e quarenta e cinco minutos, realizou-se a Reunião Ordinária do Executivo Municipal, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mêda, sob a Presidência do Senhor António César Valente Figueiredo, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Mêda. Estiveram presentes, pela coligação AD-PSD/CDS, a Senhora Vereadora Carla Sofia Silva Sequeira e o Senhor Vereador Carlos Alberto Batoco Montês. Igualmente estiveram presentes os Senhores Vereadores Anselmo Antunes de Sousa e Carlos Bruno Fial Pereira, eleitos pelo Partido Socialista (PS). -----
A Reunião, foi secretariada pela Assistente Técnica desta Autarquia, Letícia Lopes Almeida. -----
Verificada a existência de “quórum”, foi declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Intervenção do público; -----

Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; -----

Situação financeira – Conhecimento; -----

35ª Alteração ao Orçamento da receita e despesa_2025 – para conhecimento; -----

6ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – para conhecimento; -----

7ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – para conhecimento; -----

8ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – para conhecimento; -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

Ponto 1 - Análise e aprovação da Ata número nove da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia treze de março de dois mil e vinte e seis; **Ponto 2** - Pedido de parecer prévio vinculativo - Aquisição de serviços para o desempenho de funções na área de Topografia, em regime de contrato de avença - 25_AD/2026 - Proposta nº22; **Ponto 3** – Proposta de atribuição de apoio financeiro à União das Freguesias de Mêda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa, para realização de obras de “estabilização de caminho público (Caminho da “Fonte da Tijela)”. **Ponto 4** - Proposta de atribuição de apoio financeiro e institucional à associação Juvenil Mêdamais, no âmbito da criação do projeto “Mêda+ Comunidade”; **Ponto 5** – Proposta de atribuição de suplemento de penosidade e insalubridade – Ano de 2026; -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Intervenção do público; -----

Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; -----

Situação financeira – Conhecimento; -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, que deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes e não havendo intervenção do público prosseguiu para a intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento. Manifestou que, tinha apenas uma consideração a fazer, que achava importante, era de felicitar a GNR de Mêda, porque às vezes somos críticos para com algumas instituições, mas também devemos felicitar quando fazem um trabalho exemplar para a comunidade. Referiu que não importa se foi num ato que não estava previsto, mas que foi no âmbito do trabalho e da prestação de um serviço, que é assegurar a segurança a todos os munícipes deste concelho e até do país. Referiu que, queria deixar, se assim entendessem, um voto de louvor às forças de segurança da GNR de Mêda, pelo comportamento

46/2016



exemplar que tiveram nesta situação. Referiu que é verdade que foi um ato que não foi premeditado, porque não sabiam que iria lá passar tal pessoa que estava a ser procurada a nível europeu, mas o facto é que perceberam de imediato que havia uma situação de falsificação de documentos e tomaram as providências necessárias para acautelar a segurança deste território. Manifestou que, estavam envolvidos dois menores, o que ainda complicava mais a situação. Referiu que teve a oportunidade de estar nas instalações por pouco tempo, porque entende que à Polícia o que é da Polícia, aos políticos o que é dos políticos. No entanto, não quis deixar de transmitir e manifestar um voto de louvor, e considerar que o reconhecimento seja depois transmitido por escrito ao Comando Territorial e também ao quartel de Mêda, pelo serviço que fizeram, assegurando a segurança e realizando um trabalho exemplar, que dignificou não só Mêda enquanto concelho, mas também o país. Referiu que não é fácil lidar com situações destas, sendo que a pessoa estava referenciada como perigosa, violenta e com conhecimentos para fugir às responsabilidades inerentes a uma vida civil que a todos cabe preservar, nomeadamente a segurança e a valorização da democracia. Por isso, referiu deixar à consideração dos senhores vereadores se também pensam desta forma e se querem que este testemunho seja transmitido ao Comando, ao nosso Sargento e aos nossos Camaradas Militares, nesse pressuposto.

Os senhores vereadores do partido socialista (Ps) **Sr. Carlos Fial**, e **Sr. Anselmo Sousa**, prontamente manifestaram concordar com o voto de louvor mencionado pelo **Sr. Presidente César Figueiredo**.

Usou da palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, manifestou que, fariam algo que dignificasse a Câmara Municipal, e que levaria essa informação à próxima Assembleia Municipal, para que o assunto pudesse ser reconhecido e eventualmente discutido pela Assembleia. Seguidamente referiu que, tinha estado em várias reuniões, a nível da CIM e de associações, e que queria transmitir que existia naquele momento a possibilidade de alteração daquilo que era a sinalização dos investimentos no âmbito dos ITI. Manifestou que levava essa situação como preocupação, porque considerava que, naquela altura, deveriam estar a executar, e que ainda lhes estarem a dar a possibilidade de alterar era, de certa forma, dizer para empurrarem a “execução das obras com a barriga”, que o que importava era ganhar algum tempo. Referiu que ainda não tinha tido oportunidade de reunir com o senhor Vice-Presidente e com a senhora Vereadora, porque a situação tinha sido comunicada no dia anterior, mas que, com certeza, depois da próxima reunião, daria novas informações para que todos tivessem conhecimento. Referiu que tinham conhecimento da situação dos ITIs e do montante de investimento ali previsto, que ascendia a pouco mais de quatro milhões e duzentos mil euros. Manifestou que estava a começar a ficar preocupado com a situação que estava a ser comunicada, que era a discussão do PRR, podendo isso ser entendido como empurrar a execução daquilo que era necessário nos seus territórios e promover que não fosse executado de imediato, alocando os recursos para outro fim que não aquele. Referiu que, queria lembrar como já tinha mencionado, na última reunião ordinária, que houve a entrega do primeiro lote na Zona de Acolhimento Empresarial de Mêda, com a escritura e a entrega do lote. Referiu que, como tinha dito na reunião anterior, o foco naquele momento era colocar à disposição dos investidores e empreendedores ferramentas e mecanismos que possibilitassem a criação de riqueza e de postos de trabalho. Manifestou que, foi dado o pontapé de saída com um investidor local, que apresentou, na candidatura, uma proposta de investimento de dois milhões e setecentos mil euros, esperando que corresse bem, pois se o projeto fosse bem-sucedido para este investidor, também beneficiaria toda a comunidade. Referiu que não trouxe o assunto para discussão na Câmara Municipal, porque se trata de uma competência delegada ao Presidente da Câmara desde a segunda reunião do início do presente mandato. No entanto, considerou importante trazer à reunião para conhecimento, e que, caso alguém quisesse consultar o processo, poderiam fazê-lo. Referiu ainda que estariam disponíveis para esclarecer quaisquer questões sobre o assunto. Manifestou também que queria ouvir a opinião



Alfons da

dos presentes sobre outra situação, relativa a percepção da última reunião extraordinária, sobre um tema tão importante como a saúde. Manifestou que, embora a reunião tivesse sido importante, as preocupações continuavam, nomeadamente a permanência dos serviços abertos, serviços esses essenciais, e que era necessário lembrar todos os políticos das altas instâncias nacionais, que o investimento ou desinvestimento no território de uma pequena cidade como a Mêda poderia impactar situações de segurança, inclusive com repercussões internacionais. Reforçou que, nos territórios onde há desinvestimento, lacunas na saúde, na educação e nas forças de segurança, que também padecem da falta de investimento adequado às suas necessidades, mesmo assim, são realizadas ações que não são apenas um benefício para o concelho da Mêda, mas para a região, para o país e até para a Europa. Manifestou que faria questão, sempre que recebesse alguém ligado ao governo, de afirmar que não pode ser aplicada uma “régua e esquadro” em Lisboa, pois problemas de segurança, educação e saúde poderiam ser resolvidos localmente se houvesse as ferramentas mínimas. Referiu que, se o problema fosse resolvido no concelho da Mêda, haveria um problema a menos a ser resolvido em Coimbra ou em Lisboa. Manifestou que esta seria a sua ação política e que, nos próximos eventos, traria este assunto, para que todos se lembrassem de que a falta de investimento nestes territórios põe em causa não apenas o território em si, mas todo um país e um continente, sendo necessário garantir equilíbrio para todos, sem exceção. Referiu que, no que dizia respeito à saúde, promoveria uma reunião com o grupo de trabalho sobre a situação que estava a abordar, considerando que a reunião inicial foi apenas o início e que seria necessário dar continuidade, reafirmando que não abdicariam dos direitos constitucionais, garantindo tratamento igual a todos os portugueses. Por fim, colocou-se à disposição dos senhores vereadores, referindo que, caso tivessem alguma questão a apontar, poderiam fazê-lo naquele momento.

Tomou da palavra o **Sr. Vereador Anselmo Sousa**, manifestou que ficou frustrado relativamente à reunião, considerando de grande importância do assunto tratado. Referiu que achou que houve falta de respeito, não só para com os representantes da Câmara, mas também por parte da presidenta da ULS, que, na sua opinião, deveria ter estado presente. Referiu que, em vez da presidente, foi enviado um vogal, e que nas reuniões mensais que este realiza por todo o distrito, o vogal não teria a autoridade necessária para tratar das questões apresentadas. Manifestou que, durante a reunião, o vogal acabou por informar que os dias estavam encerrados e que não havia médicos disponíveis, embora pudesse ter explicado que não havia médicos para contratar. Referiu que, na sua apreciação, a ausência da presidenta da ULS constituiu uma falta de respeito e que a presença dela teria transmitido maior assertividade e autoridade, permitindo que as questões fossem mais esclarecedoras. Seguidamente manifestou que, estava preocupado, referindo que, enquanto Vereador e como professor, a situação que mais o preocupava eram as obras na escola que continuavam paradas há quatro semanas. Manifestou preocupação, tendo referido que, tendo conhecimento dos prazos dos fundos e da necessidade de cumprir as exigências do PRR, mantendo-se o ritmo atual, as obras poderiam não conseguir avançar de forma coordenada e dentro dos prazos previstos, considerando provável que nem até julho do ano do ano que vem estivessem concluídas.

Usou da palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, esclareceu que, o convite foi dirigido à ULSS, na pessoa de Presidente a mesma se fez representar, presume-se que o faça por alguém com competência para o efeito, tal como sucede quando o Presidente da Câmara é convidado para determinado evento e se faz representar pela vereadora ou pelo Vice-Presidente, mantendo-se a representação institucional. Assim, entende-se que, esteve presente um representante da ULS devidamente mandatado. No entanto, a principal preocupação não reside na presença física da Senhora Presidente, mas sim em salvaguardar o regular funcionamento dos serviços de saúde no



concelho. Ficou registado, de forma clara e reiterada, que não existe intenção de encerrar serviços. Ainda assim, foi salientado que, apesar dessa intenção, têm ocorrido constrangimentos e encerramentos pontuais, situação que foi oportunamente assinalada e questionada. Da reunião resultaram igualmente algumas possibilidades de articulação futura, nomeadamente no que respeita à captação de médicos para o território, identificando-se a necessidade de um esforço conjunto e de mecanismos de cooperação que atualmente não se encontram suficientemente desenvolvidos ao nível da CIM. Foi ainda referido que, caso a situação não evolua de forma favorável e não sejam assegurados os serviços de saúde considerados essenciais, poderão ser encetadas novas diligências, incluindo a solicitação de reunião presencial com a Senhora Presidente da ULS, a deslocação institucional ou a adoção de outras medidas que reforcem a defesa dos interesses da população da Mêda, que não abdica do direito ao acesso a cuidados de saúde. Recordou-se também que a perda de serviços públicos tem impacto direto no território, como já se verificou noutras áreas, nomeadamente na área da justiça. Independentemente da designação da unidade (CC, USF ou SAC) referiu que, o essencial é assegurar a prestação efetiva de cuidados de saúde à população. Foi considerado relevante o debate realizado, tendo sido apresentados exemplos concretos de situações presenciadas por participantes na reunião, que deverão ser objeto de análise e eventual correção por parte das entidades competentes. Concluiu-se que, mais do que apontar falhas, importa manter uma postura ativa e determinada, reforçando esforços e diligências no sentido de garantir a manutenção e melhoria dos serviços de saúde no concelho. Seguidamente, referente as obras na escola, referiu que teve oportunidade de esclarecer a situação de forma frontal na última Assembleia Municipal, recordando que os respetivos deputados aprovaram a estratégia apresentada pela Câmara Municipal. Esclareceu que, neste momento, o Município se encontra a reportar às entidades competentes a sua intenção, a qual foi assumida como estratégica, designadamente no que respeita ao investimento em causa. Acrescentou que existe uma decisão política clara de avançar com o investimento, podendo o mesmo ser financiado integralmente por fundos ou, caso necessário, parcialmente suportado por recursos próprios do Município. Salientou que, apesar de ter assumido funções há poucos meses e de a solução mais simples poder ter passado pela suspensão da obra, a opção tomada foi a de dar continuidade ao projeto, por se considerar fundamental assegurar condições adequadas para o futuro dos alunos, em particular do ponto de vista das infraestruturas educativas. Referiu ainda que o Ministério da Educação delegou competências para a qual não foi acompanhada do correspondente reforço financeiro, salientando encargos suportados diretamente pelo Município, incluindo situações ocorridas no mandato anterior, em que foram assumidos custos na ordem dos quatrocentos mil euros, inicialmente indicados como comparticipados, mas que acabaram por não beneficiar de financiamento, tendo sido integralmente suportados pela Câmara Municipal. No que respeita à execução da obra, esclareceu que o empreiteiro assegurou a continuidade dos trabalhos mediante assinatura de adenda ao contrato, situação necessária tendo em conta que o concurso público previa a conclusão da empreitada apenas em fevereiro do próximo ano, o que configurava uma incongruência face ao prazo de execução associado ao PRR. Referiu que apenas avançou após garantir o necessário suporte político relativamente ao impacto financeiro da decisão e após assegurar condições contratuais que permitam concluir a obra. Deu ainda nota de que, de acordo com informação transmitida, as recentes intempéries ocorridas na zona de Leiria terão provocado constrangimentos ao nível da disponibilidade de materiais, em virtude da sua deslocação para outras intervenções prioritárias. Apesar dessas dificuldades, reiterou que o posicionamento do Executivo é o de desenvolver todos os esforços para garantir a execução da obra. Sublinhou que a Assembleia Municipal, enquanto órgão máximo do Município, já se pronunciou de forma unânime no sentido de considerar esta intervenção prioritária, validando o estudo e a proposta



46-1.130

apresentados pelo Executivo. Informou, por fim, que o prazo de 31 de julho constitui um momento relevante de avaliação da evolução dos trabalhos, alertando, contudo, que a intensificação da execução da obra poderá implicar a necessidade de deslocalização temporária de salas de aula para outros espaços, bem como eventuais ajustamentos na organização letiva, situação que se encontra atualmente em análise.

Usou da palavra o **Sr. Vereador Anselmo Sousa**, referindo que, pretendia apenas saber se a obra era efetivamente para avançar e se iria avançar ainda naquele ano, manifestando que existia uma preocupação normal das pessoas por não verem as obras avançar.

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, proferiu um cumprimento ao Senhor Presidente, aos Senhores Vereadores e à técnica que secretaria as reuniões. Referiu que um dos primeiros temas que trazia dizia respeito ao rescaldo da última reunião extraordinária e que, tanto pelo que o Vereador Anselmo Sousa tinha mencionado como pelo que o Senhor Presidente tinha referido, considerava que todos partilhavam da mesma opinião, sentindo que estavam um pouco numa posição de “e agora?”. Afirmou que tinha considerado a reunião produtiva, nomeadamente do ponto de vista de se terem inteirado dos dados estatísticos do concelho ao nível da saúde, nada tendo contra a apresentação efetuada, designadamente pelo Doutor Bruno e pela representação que fez da ULS. Contudo, referiu que permanecia a questão política, salientando que a decisão política muitas vezes ultrapassava as pessoas que estiveram presentes, sendo necessária, acima de tudo, uma decisão política. Referiu que o Senhor Presidente tinha mencionado, e bem, a questão da luta constante pela manutenção dos serviços públicos no interior e da importância que lhes era atribuída, manifestando que o concelho não era alheio a essas lutas, relativamente a diversos serviços, algumas com melhores resultados do que outras. Considerou ainda que a manutenção dos serviços públicos no território do interior constituía também um benefício para os próprios centros urbanos do litoral, que se encontravam congestionados afirmando que, a vida nas cidades do litoral em Portugal se tornara cada vez mais difícil, quer pelo acesso à saúde, à educação ou pela sua falta, quer pelo acesso à habitação e pelo custo de vida. Defendeu, assim, que a coesão territorial não era apenas um problema do interior, mas uma questão nacional, destinada a resolver problemas do país, declarando-se plenamente de acordo. Acrescentou que a questão relativamente ao envolvimento da GNR da localidade num caso mediático que assolou o país constituía mais uma prova dessa realidade. Contudo, referiu que não podiam ficar por aí e que, quando dizia “nós”, se referia à Câmara. Considerou interessante que, havendo envolvimento da CIM, principalmente dos municípios de baixa densidade, fosse criado um grupo de pressão e de união para trabalhar em conjunto nas respostas que viessem a ser criadas, uma vez que as necessidades do concelho eram também as necessidades de outros municípios da CIM e trabalharem nessa pressão a exercer junto da administração central, salientando, contudo, que tal não evitaria que a população continuasse a clamar por respostas e por ações. Afirmou que entendia que, se alguma coisa a última reunião lhes tinha conferido, foi o direito de avançarem para outras formas de atuação, seja através de protesto, seja envolvendo outros organismos do Estado na questão, uma vez que da ULS já tinha sido obtida a resposta de que não pretendiam encerrar, mas que, na prática, os serviços continuam na situação conhecida. Referiu que o SAC abria pontualmente e que a própria Unidade de Saúde Familiar apresenta forte carência de médicos, notando-se cada vez mais a dificuldade e a demora no acesso a consultas. Considerou tratar-se de um desabafo, e afirmou, com sinceridade, que se irá atravessar um período muito complicado nesta área, declarando-se totalmente disponível para o que fosse necessário nessa matéria, por entender que era fundamental lutar pela melhoria dos serviços. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, referiu ainda a atribuição do primeiro lote da zona industrial, na cerimónia realizada no dia 20 de março, manifestando ter ficado extremamente contente por esse ato,

4/1/2021



contudo, expressou o seu descontentamento por não ter sido informado da cerimónia, recordando que estiveram presentes Presidentes de Junta e que, nas redes sociais do município, não era visível a presença de qualquer vereador do PS, o que poderia levar a interpretações de desinteresse, o que não correspondia à realidade. Reafirmou que considerava positivo o início da atribuição dos lotes, por representar investimento privado e a concretização da finalidade da zona industrial, deixando, ainda assim, o reparo quanto à falta de informação. Deixou uma palavra relativa à Feira do Livro, que se encontrava a decorrer, considerando tratar-se de um dos eventos culturais mais antigos do município parabenizado a organização, destacando o envolvimento da escola e reconhecendo que os hábitos de leitura, tanto na comunidade local como na sociedade em geral, tinham vindo a diminuir, com maior ligação ao digital. Ainda assim, manifestou que a Feira do Livro continuava a afirmar-se como um evento diferenciador no concelho, felicitando toda a equipa envolvida na sua organização deste certame. Manifestou também uma nota, ainda na perspetiva das atividades culturais, alertando para a falta de iniciativas no âmbito do teatro, sobretudo do teatro que envolva a comunidade escolar, uma vez que muitas vezes estas atividades permitem aos estudantes assistir a peças inseridas nos programas das disciplinas, ao mesmo tempo que envolvem a comunidade em geral. Propôs o desafio de equacionar a criação de jornadas de teatro que pudessem ser realizadas anualmente. Concluiu referindo que estas eram, as suas notas, e agradeceu a atenção.

Usou da palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, referindo que, na sua opinião, os senhores vereadores não precisam de ser convidados, mas considerou importante expor a sua perspetiva sobre a situação da entrega do lote. Explicou que teve a iniciativa de falar com os Presidentes de Junta para esclarecer que, embora não houvesse investimento específico na Freguesia da Mêda, mas sim que a entrega do lote representava um investimento em todo o concelho, uma vez que a criação de postos de trabalho poderia beneficiar várias freguesias. Manifestou que nem os vereadores estavam previstos para estar presentes, tendo comparecido apenas devido à sua própria presença. Afirmou que, não entendia o ato como um evento da Câmara, mas sim como uma obrigação inerente ao trabalho do executivo, comparando-o à participação da vereadora em atividades escolares, que também não exigem convite formal. Reconheceu, contudo, que para o primeiro lote podia ter feito sentido convidar os vereadores, mas que tal não se repetiria para os segundos e terceiros lotes, que seriam apenas formalizados com escritura e apresentação no Mêda Invest. Destacou que, a zona industrial tinha vinte anos de atraso e que a entrega do primeiro lote, embora tardia, não deveria ser vista como um defeito do executivo atual, mas sim como consequência de décadas de falta de investimento. Considerou preocupante que o concelho tivesse passado tanto tempo sem novos investimentos na zona industrial e que a estratégia seguida até então não seria suficiente para levar o concelho a bom porto. Manifestou que o crescimento do concelho dependia da promoção de empreendedores locais e da atração de novos investidores, uma vez que emprego, educação e futuro da comunidade estavam interligados. Compreendeu a presença dos senhores vereadores e referiu que entendia que poderiam ter sido chamados para este primeiro passo.

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, referindo que não retirava uma vírgula do que o Senhor Presidente tinha dito, concordando plenamente sobre a necessidade e o atraso do projeto, bem como com o atraso na criação de uma alternativa à antiga zona industrial. Manifestou que todos conheciam o projeto e os erros cometidos na primeira zona industrial, incluindo a atribuição dos terrenos, posteriormente sujeitos a reversão, e que se transformou num palco de mediação imobiliária, em que as pessoas acabaram por lucrar mais com a valorização dos terrenos do que com os investimentos realizados. Referiu que, contudo, não pretendia entrar por esse assunto e expressou a esperança de que a atribuição de lotes na zona industrial se tornasse um ato de tal



Alameda

forma “corriqueiro” que não fosse necessário abordá-lo. Manifestou que queria expressar claramente o seu ponto de vista e que não se sentiria bem se não o fizesse. Acrescentou que, conforme o Senhor Presidente já tinha referido, não era necessário que fossem convidados para os eventos da Câmara, mas afirmou ser sincero ao declarar que, se soubesse que aquela cerimónia era aberta ao público e iria decorrer naquele dia, teria conduzido a sua participação de forma adequada, tendo em conta a consideração e a afinidade que mantém com os investidores, desejando-lhes o maior sucesso, mas manifestou que não tinha conhecimento da cerimonia.

Usou da palavra **Sr. Presidente César Figueiredo**, referindo que, não havendo mais nada a dizer, passariam à situação financeira, apenas para conhecimento, indicando que os documentos correspondentes já lhes tinham sido facultados. Mencionou as alterações financeiras, incluindo a trigésima quinta alteração do orçamento de receita e despesa de 2025, bem como a sexta, sétima e oitava alteração, esclarecendo que estas eram para conhecimento e que, caso houvesse alguma dúvida relativamente a estes assuntos técnicos, os presentes poderiam colocá-la.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

Ponto 1 - Análise e aprovação da Ata número nove da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia treze de março de dois mil e vinte e seis;

Após análise do ponto, o **Sr. Vereador Carlos Montês**, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata nº 9 referente à reunião ordinária de câmara realizada no dia treze de março de dois mil e vinte e seis, devendo a mesma ser divulgada nos meios do Município.

Ponto 2 - Pedido de parecer prévio vinculativo - Aquisição de serviços para o desempenho de funções na área de Topografia, em regime de contrato de avença - 25_AD/2026 - Proposta nº22;

Após análise do ponto, o **Sr. Vereador Carlos Montês**, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, o parecer prévio vinculativo favorável à aquisição de serviços para o desempenho de funções na área de Topografia, em regime de contrato de avença, no âmbito do procedimento 25_AD/2026 – Proposta n.º 22/2026.

Ponto 3 - Proposta de atribuição de apoio financeiro à União das Freguesias de Mêda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa, para realização de obras de “estabilização de caminho público (Caminho da “Fonte da Tijela)”.

Após análise do ponto, o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio financeiro à União das Freguesias de Mêda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa, no montante de 13.568,00 €, destinado à realização da empreitada de estabilização do caminho público denominado ‘Caminho da Fonte da Tijela’, a formalizar através de Protocolo, conferindo poderes ao Presidente da Câmara Municipal para a sua outorga.

Ponto 4 - Proposta de atribuição de apoio financeiro e institucional à associação Juvenil Mêdamais, no âmbito da criação do projeto “Mêda+ Comunidade”;

Após análise do ponto, o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, aprovar, por unanimidade, a atribuição de um apoio financeiro à Associação Juvenil Mêdamais, no montante de 5.000,00 €, no âmbito da criação do projeto ‘Mêda+ Comunidade’, a formalizar através de Protocolo de Colaboração, conferindo poderes ao Presidente da Câmara Municipal para a sua outorga.



Ponto 5 - Proposta de atribuição de suplemento de penosidade e insalubridade – Ano de 2026;

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, aprovar, por unanimidade, aprovar a atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores da carreira geral de Assistente Operacional identificados no Mapa de Pessoal de 2026, integrados nas unidades orgânicas e serviços referidos na proposta, nos termos do Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro, conforme a proposta nº 23/2026.

Por fim, foi deliberado que os assuntos constantes desta reunião sejam aprovados em minuta, de acordo com o disposto no n.º 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I a que se refere o nº2 do artigo 1º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação. -----

Encerramento - Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Câmara deu como encerrada a reunião pelas dezasseis horas quarenta e cinco minutos. Para que todos os assuntos abordados constassem, lavrou-se a presente Ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que compreende oito páginas, que vão ser rubricadas e assinadas pelo Presidente e por mim que a secretariei.

O Presidente da Câmara Municipal de Mêda



(Eng. António César Valente Figueiredo)

A Secretária



(Leticia Lopes Almeida)